

# ADMINISTRAÇÃO: CIÊNCIA E TECNOLOGIA, ESTRATÉGIA, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Clayton Robson Moreira da Silva  
(Organizador)



 **Atena**  
Editora  
Ano 2021

# ADMINISTRAÇÃO: CIÊNCIA E TECNOLOGIA, ESTRATÉGIA, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Clayton Robson Moreira da Silva  
(Organizador)



 **Atena**  
Editora  
Ano 2021

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais  
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein  
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz  
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Administração: ciência e tecnologia, estratégia, administração pública e estudos organizacionais**

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecária:** Janaina Ramos  
**Diagramação:** Maria Alice Pinheiro  
**Correção:** Mariane Aparecida Freitas  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizador:** Clayton Robson Moreira da Silva

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

A238 Administração: ciência e tecnologia, estratégia, administração pública e estudos organizacionais / Organizador Clayton Robson Moreira da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-884-7

DOI 10.22533/at.ed.847211003

1. Administração. 2. Estratégia. I. Silva, Clayton Robson Moreira da (Organizador). II. Título.

CDD 658

**Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166**

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

## APRESENTAÇÃO

O livro “Administração: Ciência e Tecnologia, Estratégia, Administração Pública e Estudos Organizacionais” é uma obra publicada pela Atena Editora e divide-se em dois volumes. Este primeiro volume reúne um conjunto de vinte e cinco capítulos, em que são abordados diferentes temas que permeiam o campo da administração. Compreender os fenômenos organizacionais é o caminho para o avanço e a consolidação da ciência da administração, possibilitando a construção de um arcabouço teórico robusto e útil para que gestores possam delinear estratégias e tomar decisões eficazes do ponto de vista gerencial, contribuindo para a geração de valor nas organizações.

Nesse contexto, compreendendo a pertinência e avanço dos temas aqui abordados, este livro emerge como uma fonte de pesquisa rica e diversificada, que explora a administração em suas diferentes faces, uma vez que concentra estudos desenvolvidos em diferentes contextos organizacionais. Assim, sugiro esta leitura àqueles que desejam expandir seus conhecimentos por meio de um material especializado, que contempla um amplo panorama sobre as tendências de pesquisa e aplicação da ciência administrativa.

Além disso, ressalta-se que este livro visa ampliar o debate acadêmico, conduzindo docentes, pesquisadores, estudantes, gestores e demais profissionais à reflexão sobre os diferentes temas que se desenvolvem no âmbito da administração. Finalmente, agradecemos aos autores pelo empenho e dedicação, que possibilitaram a construção dessa obra de excelência, e esperamos que este livro possa ser útil àqueles que desejam ampliar seus conhecimentos sobre os temas abordados pelos autores em seus estudos.

Boa leitura!

Clayton Robson Moreira da Silva

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

A APLICAÇÃO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO NO BRASIL FRENTE AOS ÓRGÃOS JULGADORES E FISCALIZADORES

José Bione de Melo Neto

Ana Paula Ferreira da Silva

**DOI 10.22533/at.ed.8472110031**

### **CAPÍTULO 2..... 22**

A GARANTIA CONSTITUCIONAL DE ACESSO À INFORMAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA DO EXECUTIVO MUNICIPAL DE TERESINA-PI

Aldo Vieira Ribeiro

**DOI 10.22533/at.ed.8472110032**

### **CAPÍTULO 3..... 38**

ANÁLISE DO CONTROLE SOCIAL NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA À LUZ DO ACESSO À INFORMAÇÃO: PESQUISA EM SEIS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

Cezar Andrade Marques de Azevedo

**DOI 10.22533/at.ed.8472110033**

### **CAPÍTULO 4..... 50**

TRANSPARÊNCIA PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS CEARENSES

Sabrina Sousa Moraes

Cíntia Vanessa Monteiro Germano Aquino

Clayton Robson Moreira da Silva

**DOI 10.22533/at.ed.8472110034**

### **CAPÍTULO 5..... 63**

GASTOS COM PESSOAL: ANÁLISE COMPARATIVA DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE VARGINHA-MG POR MEIO DA ANÁLISE ENVOLTÓRIA DE DADOS

Adriano Antonio Nuintin

Paulo Roberto Rodrigues de Souza

Maria Aparecida Curi

Richardson Coimbra Borges

**DOI 10.22533/at.ed.8472110035**

### **CAPÍTULO 6..... 81**

ANÁLISE DA EXECUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS DA UNIÃO PARA AS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO NORDESTE BRASILEIRO ENCERRADAS NOS ÚLTIMOS 10 ANOS

Jonas Rafael Pereira dos Santos

Alexsandro Xavier Querino Lima

Mateus Cunha Rabelo

Francisco Mairton da Silva

Felipe Ribeiro Pontes

**DOI 10.22533/at.ed.8472110036**

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>99</b>
DEPENDÊNCIA DOS MUNICÍPIOS CEARENSES EM RELAÇÃO AO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS	
Adriano Santiago Lima	
Cíntia Vanessa Monteiro Germano Aquino	
Clayton Robson Moreira da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8472110037</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>113</b>
A ACCOUNTABILITY COMO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA	
Juliana Cristina Sousa da Silva	
Elemar Kleber Favreto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8472110038</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>125</b>
O POTENCIAL DE <i>ACCOUNTABILITY</i> NOS PARECERES PRÉVIOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA BAHIA	
Antonio Emanuel Andrade de Souza	
Elvia Mirian Cavalcanti Fadul	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8472110039</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>146</b>
ESCOLARIDADE DOS GESTORES MUNICIPAIS E A APROVAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS: EVIDÊNCIA DO ESTADO DO PARÁ	
Délio Amaral Viana	
Aridelmo José Campanharo Teixeira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.84721100310</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>164</b>
GOVERNANÇA PARA COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS: UM ESTUDO NA PERSPECTIVA DA ANÁLISE DE REDES SOCIAIS	
Eduardo Souza Seixas	
Renelson Ribeiro Sampaio	
Luciel Henrique de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.84721100311</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>185</b>
CONCEITOS TEÓRICOS E A APLICAÇÃO PRÁTICA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: UM ESTUDO EM UMA EMPRESA PÚBLICA DO SETOR DE SANEAMENTO BÁSICO	
Paulo César Schotten	
Daiany Gomes Moreira	
Hugo Vinícius Colman Soares	
José Roberto Grasiel	
Nayara Jaqueline Gonçalves	
<b>DOI 10.22533/at.ed.84721100312</b>	

**CAPÍTULO 13..... 198**

**GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA DENTRO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO: A DICOTOMIA ENTRE PLANO E REALIDADE**

Maria Vanessa de Souza Araújo

Nara Raysa de Sousa

Tiago Deividly Bento Sera im

**DOI 10.22533/at.ed.84721100313**

**CAPÍTULO 14..... 206**

**INCIDÊNCIA DE MORTALIDADE POR DIABETES NA INFÂNCIA NO BRASIL: COMPARATIVO ETÁRIO NO PERÍODO DE 2018 A 2020**

Ana Maria Ribeiro Fonseca

Giovanna Brasil Pinheiro

Luiz Phillipe Silva Azevedo

Rafael Cruz Mariz

**DOI 10.22533/at.ed.84721100314**

**CAPÍTULO 15..... 211**

**PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA HANSENÍASE EM UM MUNICÍPIO CEARENSE ENTRE 2008 E 2018**

Maira Pereira Sampaio Macêdo

Bruna Raquel Moraes Cunha

Miguel Marx

Tatiana de Menezes

Érika Sobral da Silva

Paula Suene Pereira dos Santos

Joana Raione Arrais Antunes

José Wanderson Carvalho Noronha

Francisco Diego da Silva Xavier

Priscila Nadine Dias Santana

Anna Karen Sales Rodrigues

Emanuely Castro Alves

**DOI 10.22533/at.ed.84721100315**

**CAPÍTULO 16..... 222**

**AVALIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE NAS PRAÇAS E PARQUES DA CIDADE DE SÃO BORJA-RS**

Cláudio Gabriel Soares Araújo

Kellem Paula Rohã Araújo

Fátima Regina Zan

Tanise Brandão Bussmann

Carmen Regina Dorneles Nogueira

**DOI 10.22533/at.ed.84721100316**

<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>238</b>
FORMAÇÃO DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE A DISTÂNCIA: O OLHAR DOS CURSISTAS SOBRE ASPECTOS INDICADORES DA QUALIDADE SOCIAL NO CURSO <i>LATO SENSU</i>	
Gercina Dalva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.84721100317</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>244</b>
ENSINO REMOTO DA ÁREA TÉCNICA DE ADMINISTRAÇÃO PARA A CONVERSÃO DO CONHECIMENTO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ENSINO, DURANTE A PANDEMIA, NOS CURSOS TÉCNICOS EM ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO – <i>CAMPUS TEIXEIRA DE FREITAS</i>	
Aline Fonseca Gomes	
Vagner Costa Oliveira	
Joselito da Silva Bispo	
Sara Mendes Oliveira Lima	
<b>DOI 10.22533/at.ed.84721100318</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>256</b>
A PANDEMIA E O ROMPIMENTO DE BARREIRAS NA EDUCAÇÃO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DOS DOCENTES DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO	
Márcio Dourado Rocha	
Rosalina Maria Lima Leite do Nascimento	
Marcos Flavio Portela Veras	
Rhogério Correia de Souza Araújo	
Ieso Costa Marques	
Juliana Luíza Moreira Del Fiacco	
Regiane Janaína Silva de Menezes	
Elizabeth Cristina Soares	
<b>DOI 10.22533/at.ed.84721100319</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>262</b>
A EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE COVID-19: PREMISSAS DA EAD E DESAFIOS PARA GESTÃO DAS IES NA ABORDAGEM DA GOVERNANÇA DA INTERNET	
Diólia de Carvalho Graziano	
Luiz Fernando Gomes Pinto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.84721100320</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>282</b>
REFLEXÕES SOBRE AUTORIA DE PESQUISAS APLICADAS NO LABORATÓRIO DE GESTÃO	
Maria Carolina Conejero	
<b>DOI 10.22533/at.ed.84721100321</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>299</b>
CENÁRIO ATUAL DAS COMISSÕES DO GRUPO PET ENGENHARIAS IFBA COMO FORMA DE ORGANIZAÇÃO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES	
Felipe Gonçalves Moura	

Guilherme Gil Fernandes  
Julianny de Souza Oliveira  
Lara de Oliveira Carvalho  
Luca de Almeida Brito  
Marília Aguiar Rodrigues  
Mikelly Bonfim Anjos  
Pedro Henrique Rocha Chaves  
Sérgio Ricardo Ferreira Andrade Junior  
Thavane Ferreira de Almeida  
Alex França Andrade  
Joseane Oliveira da Silva

**DOI 10.22533/at.ed.84721100322**

**CAPÍTULO 23.....303**

**FATORES LIMITANTES AO EMPREENDEDORISMO NO BRASIL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA**

Fabício Longuinhas Silva  
Marcelo Santana Silva  
Eduardo Oliveira Teles  
André Luis Rocha de Souza  
Maria Valesca Damásio de Carvalho Silva  
Eduardo Cardoso Garrido

**DOI 10.22533/at.ed.84721100323**

**CAPÍTULO 24.....316**

**ANÁLISE EXPLORATÓRIA DE FATORES DA INTENÇÃO EMPREENDEDORA SUSTENTÁVEL DE ESTUDANTES AMAZONENSES**

Aristides da Rocha Oliveira Junior  
Francisco Assis Barros de Oliveira  
Roderick Cabral Castello Branco  
Maria Stela de Vasconcellos Nunes de Mello  
Afrânio de Amorim Francisco Soares Filho

**DOI 10.22533/at.ed.84721100324**

**CAPÍTULO 25.....338**

**EMPREENDEDORISMO SOCIAL E CLÁSSICO: REFLEXÕES DO MODELO DE NEGÓCIO**

Isabella Ferreira Friso  
Marta Fabiano Sambiasi

**DOI 10.22533/at.ed.84721100325**

**SOBRE O ORGANIZADOR.....352**

**ÍNDICE REMISSIVO.....353**

## TRANSPARÊNCIA PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS CEARENSES

*Data de aceite: 01/03/2021*

**Sabrina Sousa Moraes**

Universidade Estadual Vale do Acaraú

**Cíntia Vanessa Monteiro Germano Aquino**

Universidade Estadual Vale do Acaraú

**Clayton Robson Moreira da Silva**

Instituto Federal de Educação, Ciência e  
Tecnologia do Piauí

**RESUMO:** O presente estudo analisou o grau de transparência pública nos municípios cearenses. Para tanto, realizou-se uma pesquisa quantitativa, de caráter descritivo, em que foram analisados os 184 municípios cearenses, no período de 2016 a 2018. A fim de verificar o grau de transparência pública, recorreu-se ao Índice de Transparência Municipal (ITM), desenvolvido pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE), que varia de 0 a 10. Os resultados apontam uma baixa adesão dos municípios às legislações vigentes no ano de 2016 (média 6,33). Contudo, nos anos seguintes houve um melhor desempenho desses municípios. Em 2017, os municípios obtiveram uma média de 9,18 e, em 2018, houve uma pequena redução para 8,56. Desse modo, conclui-se que os municípios cearenses se encontram em aperfeiçoamento na prática da transparência pública, tendo em vista a evolução do ITM ao longo do tempo pela maioria dos municípios.

**PALAVRAS - CHAVE:** Transparência Pública.

Municípios Cearenses. Índice de Transparência Municipal.

### 1 | INTRODUÇÃO

A administração pública pode ser considerada como chave principal para o atendimento das demandas sociais por parte do Estado (BARALDI; BORGERT; FABRE, 2019). Portanto, a cada novo cenário, a administração pública passa por grandes transformações, a fim de atender de forma cada vez mais eficiente e satisfatória aos anseios dos cidadãos (BRAGA; GOMES, 2018).

De acordo com Braga e Gomes (2018), desde o início do século XXI, os gestores públicos passaram a serem cobrados por atitudes mais responsivas. Os autores argumentam que essas cobranças vieram em um contexto onde a economia internacional ganhou mais visibilidade e os governos aos poucos perdiam a capacidade de proteger suas economias de fatores externos. Destaca-se ainda que, com o advento das novas tecnologias de informações e comunicações (TIC), o relacionamento entre governo e sociedade também sofreu grande mudança, tornando-se mais democrático e menos hierárquico (BRAGA; GOMES, 2018).

Com a popularização das TICs no cotidiano dos cidadãos, a administração pública passou por um segundo desafio, que foi a implantação do governo eletrônico

(MACEDO et al., 2020). Com o avanço tecnológico, a implantação do governo eletrônico proporcionou maior conhecimento sobre os processos políticos, possibilitando o acesso a serviços públicos diversificados, a otimização de processos e a participação eletrônica, desencadeando, portanto, a transparência nos processos (MOURA; GOLLO; CUNHA, 2013; PINHO et al., 2019).

Por vezes considerada como uma dimensão da responsabilidade, a transparência ainda é um assunto que desperta muitas discussões (MABILLARD; ZUMOFEN, 2017). De acordo com a literatura, a transparência pode gerar maior confiança na sociedade e maior participação social, contribuindo ainda para a redução da corrupção (BALDISSERA et al., 2020; CARDOSO et al., 2018; MABILLARD; ZUMOFEN, 2017).

Dessa forma, uma das ferramentas mais utilizadas pela administração pública para operacionalizar o governo eletrônico e a transparência dos processos e gestão são os portais de transparência (CARDOSO et al., 2018). Conforme dispõe a Controladoria Geral da União (CGU, 2020), “o portal da transparência é uma ferramenta que permite ao cidadão, de forma cada vez mais eficiente, fiscalizar e assegurar a boa e correta aplicação dos recursos públicos federais”.

Portanto, diante das constatações de pesquisas anteriores, a transparência tem a capacidade de gerar laços de legitimidade, participação e confiança entre governo e sociedade (PORUMBESCU, 2015; MABILLARD; ZUMOFEN, 2017). Contudo, buscar transparência inclui permitir a participação do público no processo democrático, é ir além de cumprimentos das exigências legais (COELHO et al., 2018).

Estudos sobre transparência no setor público foram realizadas ao longo dos anos (ABDALA; TORRES, 2016; COELHO et al., 2018; BIANCHI; MACHADO; MACHADO, 2020; AZEVEDO; CABELLO, 2020; VIEIRA; PEGORARO; VISENTINI, 2020). Contudo, não foram encontrados trabalhos que abordassem a transparência dos municípios cearenses. Diante disso, esse trabalho traz a seguinte questão de pesquisa: Qual o grau de transparência pública nos municípios cearenses de acordo com os órgãos de controle? Para responder essa questão, o objetivo do trabalho é verificar o grau de transparência pública dos municípios cearenses.

A relevância do estudo reside na importância da transparência pública como uma forma de promover a democracia, abrindo caminhos para a prática da cidadania e para a erradicação da corrupção (OLIVEIRA; FLÔRES; PINTTO, 2020). Nesse contexto, destaca-se que além de se tratar de uma ferramenta de combate à corrupção, a transparência também tornou-se representativamente moral (RODRIGUES, 2020). Desse modo, compreende-se que identificar o índice de transparência pública nos estados brasileiros pode ser o caminho para fortalecer a efetividade dos serviços públicos, promovendo uma gestão pública transparente e participativa, focada na redução das desigualdades sociais e propensa ao controle social.

No Brasil, a transparência pública é regulamentada pela Lei Complementar n°

131/2009 (Lei da Transparência) e pela Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso a Informação-LAI), as quais tornaram obrigatória a liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento social de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira em meios eletrônicos, de acesso público e em tempo real (OLIVEIRA; FLÔRES; PINTTO, 2020). Dessa forma, o presente trabalho também contribui para que a população cearense tenha conhecimento se os municípios estão ou não em conformidade com as regras de transparência.

O presente artigo está estruturado em cinco seções. A primeira sendo a introdução, na segunda seção será apresentada a plataforma teórica, seguida da terceira seção, contendo a metodologia da pesquisa desenvolvida, na quarta, serão discutidos os resultados encontrados, por fim, na última seção será apresentado as considerações finais.

## **2 | REFERENCIAL TEÓRICO**

A seguir, são evidenciados conceitos e estudos sobre transparência pública.

### **2.1 Transparência pública**

Diante do crescente interesse e cautela sobre os abusos praticados pelo governo, a ascensão da democracia e o desenvolvimento das tecnologias transformaram o conceito de transparência em uma peça-chave para a prática do controle social (MABILLARD; ZUMOFEN, 2017). De acordo com Cardoso et al. (2018), a transparência pública está relacionada à disponibilização de informações sobre as políticas públicas, possibilitando à sociedade o acompanhamento do funcionamento e desempenho governamental. Os autores ainda argumentam que a transparência do governo se dá pela interação entre os atores políticos e sociais, orientados pelo conjunto de regras formais e informais inseridos no meio tecnológico e de constante evolução.

O acesso oportuno e garantido a informações sobre o desempenho da gestão pública pode ocorrer por meio de duas formas: pela transparência ativa e pela transparência passiva. A propagação sistematizada de informações governamentais, seja resultante de ações voluntárias dos gestores ou impostas por legislações vigentes, é classificada como transparência ativa. A divulgação de informações como objetivos da gestão, explicações sobre as funções do governo, indicadores de desempenho, dotações orçamentárias, dentre outros, deve ser organizada de forma que possibilite a comparação entre os exercícios. Dessa forma, a transparência ativa explicita o compromisso da gestão, facilitando o controle social. A transparência passiva, por sua vez, está diretamente relacionada à concessão obrigatória do Estado de documentos oficiais, quando solicitados tempestivamente, salvo aqueles que estejam protegidos por motivo de investigação pública, segurança nacional, etc. (ZOCCOLOTTO; TEIXEIRA; RICCIO, 2015).

Diante das diversas interpretações sobre o termo transparência, Zoccolotto, Teixeira e Riccio (2015) ressaltam que o conceito de transparência não deve ser confundido com o

conceito de *accountability*. Os autores argumentam que embora a transparência seja uma de suas etapas, a *accountability* abrange aspectos como a prestação de contas e a publicidade das ações governamentais, configurando-se um conjunto de mecanismos institucionais de controle que geram incentivos ou penalizações aos gestores que cumprirem ou não suas obrigações. Conforme destaca Rodrigues (2020), na literatura, é bastante comum o pressuposto de que os termos transparência e *accountability* são inseparáveis, entretanto, ao delimitar que a transparência trata-se da disponibilização de informações à sociedade, essa visão ignora que a *accountability* pode não se voltar ao cidadão, mas aos órgãos de controle, como tribunais de contas, Ministério Público ou corregedorias.

É importante mencionar também o significativo papel da tecnologia da informação e comunicação (TIC) para o aumento da transparência no governo (COELHO et al., 2018). Monteiro Leonnel et al. (2018) consideram que as técnicas baseadas na internet têm resultado nas melhores políticas de promoção da inovação, ocorrendo de forma rápida e generalizada, possibilitando aos cidadãos fiscalizar o que os gestores estão desenvolvendo quase em tempo real. Entretanto, Abdalas e Torres (2016) observam que com a expansão acelerada dos meios de comunicação entre governo e sociedade, criou-se uma forte convicção de que passaria a existir uma influência direta da sociedade nas ações governamentais, porém, a qualidade dessa relação só se torna possível se tivermos uma sociedade ativa, bem informada, participativa e que acompanhe e fiscalize seu governo.

A utilização das TICs para o desenvolvimento de uma gestão mais eficiente e transparente está diretamente relacionada ao governo eletrônico (MOURA; GOLLO; CUNHA, 2013). Para Zhao, Shen e Collier (2014), a implantação do governo eletrônico foi um estimulador para grandes mudanças na administração pública, aumentando os níveis de inclusão social, competitividade e inovação, além de proporcionar maior efetividade, transparência, responsabilidade e proximidade com os cidadãos. Os autores ainda destacam que a adesão ao governo eletrônico, assim como a participação cidadã, pode sofrer variações de acordo com as perspectivas econômicas e culturais.

De acordo com Oliveira, Flôres e Pinto (2020), as primeiras práticas de transparência na gestão pública brasileira ocorreram no final dos anos 1990, com a criação da página “contas públicas”, a qual tinha a finalidade de divulgar a prestação das contas públicas via *internet*. Posteriormente, com a edição da Lei Complementar n° 131/2009 (Lei da Transparência) e da Lei n° 12.527/2011 (Lei de Acesso a Informação- LAI), a divulgação das informações passaram a ser obrigatórias, através dos portais de transparência. Vale destacar que a LAI passou a tratar a publicidade como regra e o sigilo como exceção, estimulando a publicidade das informações independente de solicitações, utilizando as TICs a favor da gestão e transparência pública (BARTOLUZZIO; ANJOS, 2020).

## 2.2 Estudos sobre transparência pública

Bianchi, Machado e Machado (2020) verificaram o grau de aderência aos requisitos

de transparência e acesso à informação nos portais eletrônicos de empresas estatais pertencentes aos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Os autores constataram, no geral, que as empresas públicas e de economia mista encontram-se parcialmente em conformidade com os dispositivos legais, estando cumprindo com a legislação sobre a divulgação da informação em seus portais eletrônicos, porém, não estão atendendo todas as exigências da Lei de Acesso à Informação. Por fim, os autores concluíram que estas empresas precisam estar atentas e conscientes que devem cumprir com seus deveres propostos, apresentando também a necessidade de uma maior fiscalização por parte dos órgãos de controle.

Azevedo e Cabello (2020) analisaram o controle e a transparência dos gastos tributários em municípios brasileiros que continham população igual ou superior a 500.000 habitantes. Para tanto, foram verificados a transparência dos gastos tributários nos portais de transparência das prefeituras, a contabilização das referidas transações, o conteúdo do anexo de renúncias fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias e a existência do relatório previsto na constituição no projeto de Lei Orçamentária Anual. Os autores concluíram que os maiores municípios brasileiros possuem uma baixa adequação da transparência e dos controles sobre os gastos tributários, bem como baixa contabilização das transações e baixa transparência nos portais de informação dos municípios. Ainda, constaram a não conformidade com as regras legais e constitucionais, impossibilitando a sociedade de exercer o controle social.

Bartoluzzio e Anjos (2020) investigaram as características socioeconômicas dos municípios pernambucanos e o nível de transparência das informações relacionadas à gestão municipal divulgadas nos portais eletrônicos. Para atingir o objetivo proposto, os autores verificaram o nível de transparência da gestão pública municipal mediante o Índice de Transparência Municipal (ITM-PE), disponibilizado pelo Tribunal de Contas de Pernambuco, considerando oito indicadores sociais e econômicos. A análise apontou características comuns entre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, Urbanização e os níveis de transparência na divulgação de informações relacionados à gestão pública nos municípios. Os autores concluíram que a urbanização também está relacionada com o nível de transparência municipal.

### **3 | METODOLOGIA**

Quanto à abordagem, o presente estudo é quantitativo, pois se propõe analisar o grau de transparência dos municípios cearenses. De acordo com Prodanov e Freitas (2013), este tipo de pesquisa relaciona tudo o que pode ser quantificado, traduzindo dados e opiniões coletadas em números, a fim de que possam ser analisados. Quanto ao objetivo, a pesquisa se caracteriza como descritiva, uma vez que, segundo Gil (2008), este tipo de pesquisa busca expor as características do objeto estudado.

Para o desenvolvimento do estudo, utilizou-se o Índice de Transparência Municipal (ITM), desenvolvido pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE). Esse índice analisa as informações divulgadas nos portais de transparência dos municípios e estabelece uma escala de notas baseadas no nível de conformidade à Lei da Transparência (Lei Complementar nº 131/2009) e à Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) (TCE, 2020).

No Quadro 1 está evidenciado o detalhamento da apuração do grau de transparência dos municípios com base em cinco dimensões.

<b>1. ENDEREÇO ELETRÔNICO</b>
1.1 Nome do domínio do site institucional (1)
1.2 Link para acesso ao portal da transparência do município
<b>2. TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL - Instrumentos</b>
2.1 Plano Plurianual
2.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias
2.3 Lei Orçamentária Anual
2.4 Relatório de Gestão Fiscal
2.5 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
2.6 Prestação de Contas de Governo e respectivo Parecer
<b>3. TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL - Despesas</b>
3.1 Unidade gestora
3.2 Data da despesa
3.3 Número e valor do empenho, data da liquidação e pagamento e número da conta bancária
3.4 Classificação orçamentária
3.5 Identificação da pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento
3.6 Procedimento licitatório realizado
3.7 Descrição do bem fornecido ou serviço prestado e número da Nota Fiscal
3.8 Disponibilidade das Informações no Site
<b>4. TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL - Receitas</b>
4.1 Unidade gestora
4.2 Data da posição
4.3 Natureza da Receita
4.4 Valor da previsão
4.5 Valor do lançamento
4.6 Valor da arrecadação
4.7 Disponibilidade das Informações no Site
<b>5. ACESSO ÀS DEMAIS INFORMAÇÕES</b>
5.1 Detalhamento de pessoal (nome do funcionário, vínculo, cargo, lotação, carga horária, remuneração e outras informações vinculadas);

5.2 Convênios: número do convênio, concedente, responsável concedente, convenente, responsável convenente, data da celebração, data da publicação, vigência, objeto, justificativa, situação do convênio, valor da transferência, valor da contrapartida, valor pactuado;
5.3 Procedimentos licitatórios
5.4 Ferramenta de busca
5.5 Prazos mínimos de disponibilização e permanência de informações no site
5.6 Publicações de Dados dos Prefeitos/Presidentes de Câmara/Vereadores/Gestores
5.7 Publicações referentes a Legislação Municipal
5.8 Seção “Fale Conosco”
5.9 Seção “Perguntas mais Frequentes”
5.10 Acesso livre
5.11 Acesso por outros sistemas
5.12 Acessibilidade
5.13 Gravação de relatório
5.14 Formatos utilizados para a estruturação das informações e Características da informação

Quadro 1 - Detalhamento da apuração da nota do município

Fonte: TCE-CE (2018).

De acordo com o Quadro 1, o ITM é obtido por meio da análise de cinco dimensões: (i) endereço eletrônico, com dois itens de análise; (ii) transparência da gestão fiscal - instrumentos, com seis itens; (iii) transparência da gestão fiscal - despesas, com oito itens; (iv) transparência da gestão fiscal – receitas; e (v) acesso às demais informações, com quatorze itens. O grau de transparência varia de 0 a 10.

Os dados sobre o ITM dos 184 municípios cearenses foram coletados no portal do TCE-CE. Ressalta-se que o período de análise foi de 2016 a 2018, tendo em vista que o TCE-CE começou a adotar esse indicador a partir de 2016 e não havia ainda informações sobre o ano de 2019. Em seguida, os dados foram tabulados em planilhas de *Microsoft Excel*® e posteriormente foi realizada uma estatística descritiva sobre os resultados encontrados.

## 4 | DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Nessa seção do trabalho, são apresentados os resultados da pesquisa quanto ao desempenho dos municípios nos três anos analisados com relação ao atendimento aos requisitos destacados pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará. A Tabela 1 apresenta a média e o desvio padrão do Índice de Transparência Municipal dos exercícios de 2016, 2017 e 2018.

	2016	2017	2018	2016-2018
<b>Média de conformidade</b>	6,33	9,18	8,56	8,11
<b>Desvio-padrão</b>	1,79	0,67	0,71	188,92

Tabela 1 - Estatística descritiva

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Com base na Tabela 1, observa-se uma evolução significativa de 45% do nível de conformidade com à Lei da Transparência (Lei Complementar nº 131/2009) e à Lei de Acesso a Informação (Lei nº 12.527/2011) dos municípios no ano de 2017 comparados ao ano de 2016. Porém, no ano de 2018, houve uma redução de 6,75% do índice com relação ao ano anterior. Entretanto, os números apresentados no desvio-padrão de cada ano reflete a variação das notas alcançadas pelos municípios, no ano de 2016, por exemplo, foi o ano em que ocorreu maior variação, onde alguns municípios não pontuaram enquanto outros chegaram a nota 8,90, já nos anos de 2017 e 2018, as notas estiveram mais próximas da média.

Vale ressaltar que no ano de 2016, os municípios de Assaré, Forquilha, Icapuí, Itapiuna, Poranga e Santana do Acaraú não possuíam *site* institucional, portanto, esses 6 municípios não atendiam nenhum dos itens de conformidade relacionados pelo TCE-CE. Neste mesmo ano, 47,8% dos municípios tiveram nota inferior a 6,0 de acordo com os itens verificados, o que pode justificar a ascensão em 2017, visto que neste ano, todos os municípios passaram a utilizar *site* institucional e alcançaram nota igual ou superior a 6,0.

A Tabela 2 apresenta a quantidade de municípios correspondentes às notas alcançadas no ano de 2016. Observa-se que apenas 21 municípios tiveram nota entre 8,1 e 9,0, 73 obtiveram nota entre 7,1 e 8,0 e 43 municípios alcançaram nota entre 6,1 a 7,0. Os demais municípios obtiveram notas inferiores a 6,1. Vale destacar que a maior nota alcançada foi 8,9 (Fortaleza e Porteiras), o que significa dizer que nenhum dos municípios estava totalmente de acordo com as determinações legais, e a menor nota atribuída foi 0,0 (Assaré, Forquilha, Icapuí, Itapiuna, Poranga e Santana do Acaraú), que de acordo com os itens analisados, os municípios com nota 0,0 não utilizavam *site* institucional, portanto, não atenderam aos demais itens da análise.

<b>Faixa de conformidade</b>	<b>Quantidade</b>
0,0 - 0,1	9
1,1 - 2,0	5
2,1 - 3,0	7
3,1 - 4,0	4
4,1 - 5,0	3
5,1 - 6,0	19
6,1 - 7,0	43
7,1 - 8,0	73
8,1 - 9,0	21
9,1 - 10,0	0
<b>Total</b>	<b>184</b>

Tabela 2 - Quantidade de municípios por faixa de conformidade no ano de 2016

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

A Tabela 3 apresenta a quantidade de municípios correspondentes às notas alcançadas em 2017.

<b>Faixa de conformidade</b>	<b>Quantidade de Municípios</b>
0,0 - 0,1	0
1,1 - 2,0	0
2,1 - 3,0	0
3,1 - 4,0	0
4,1 - 5,0	0
5,1 - 6,0	1
6,1 - 7,0	2
7,1 - 8,0	8
8,1 - 9,0	65
9,1 - 10,0	108

Tabela 3 - Quantidade de municípios por faixa de conformidade no ano de 2017

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

No ano de 2017, evidenciou-se que os municípios cearenses avançaram no atendimento aos requisitos legais. De acordo com a Tabela 3, observa-se que todos os municípios alcançaram pontuação igual ou superior a 6,0. Somente um município atingiu pontuação 6,0 (Saboeiro) e 25 atingiram pontuação máxima (Aquiraz, Aracati, Aracoiaba, Aurora, Cariré, Cedro, Fortaleza, Fortim, Graça, Granja, Groaíras, Jaguaribara, Jaguaruana, Milha, Morada Nova, Mulungu, Nova Russas, Orós, Pacajus, Paracuru, Pedra Branca, Piquet Carneiro, São Gonçalo do Amarante, Várzea Alegre e Viçosa do Ceará). Ressalta-se que, em 2016, as 10 menores notas atribuídas foram inferiores a 3,0, sendo que os municípios de Senador Sá e Ererê obtiveram nota 0,3 e 0,8, respectivamente. Embora não se tratando dos mesmos municípios com menor índice de transparência em 2017, é importante visualizar a evolução do índice de transparência dos municípios de forma geral.

As menores notas em 2017 corresponderam a média geral dos municípios em 2016.

A seguir, a Tabela 4 evidencia a quantidade de municípios correspondentes às notas alcançadas no ano de 2018.

<b>Faixa de conformidade</b>	<b>Quantidade de Municípios</b>
0,0 - 0,1	0
1,1 - 2,0	0
2,1 - 3,0	0
3,1 - 4,0	0
4,1 - 5,0	0
5,1 - 6,0	0
6,1 - 7,0	6
7,1 - 8,0	40
8,1 - 9,0	89
9,1 - 10,0	49

Tabela 4 - Quantidade de municípios por faixa de conformidade no ano de 2018

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Com base na Tabela 4, verifica-se que a quantidade de municípios com índices de transparência inferior a 8,0 foi superior à quantidade apresentada no ano de 2017. Da mesma forma pode-se observar que a distribuição da quantidade de municípios com pontuação entre 7,1 e 10,0, variou mais que no ano anterior.

Ainda de acordo com a análise dos índices, constatou-se que o município de Saboeiro é o único que se encontra nos dois últimos anos com menor índice de transparência. Vale destacar também que o município de Aracoiaba apresentou nota máxima em 2017, porém, em 2018, encontra-se entre os municípios menos transparentes.

De forma geral, nos três anos analisados, os municípios tiveram uma grande variação no índice, de forma que nenhum deles esteve com o mesmo nível de transparência durante os três anos. Apenas os municípios de Fortaleza e Piquet Carneiro se mantiveram entre os melhores índices nos anos de 2016 e 2017, porém, no ano de 2018, não estiveram entre os melhores. Já o município de Saboeiro esteve entre os municípios menos transparentes no ano de 2017 e 2018 e o município de Aracoiaba, que apresentou nota 10,0 em 2017, passou a integrar no grupo dos municípios menos transparentes no ano de 2018.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho verificou o grau de transparência pública dos municípios cearenses. Para tanto, realizou-se uma pesquisa quantitativa, de caráter descritivo, em que foram analisados os 184 municípios cearenses, no período de 2016 a 2018. A fim de verificar o grau de transparência pública, recorreu-se ao Índice de Transparência Municipal (ITM), metodologia desenvolvida pelo TCE-CE.

Acerca do ITM, observou-se que, no ano de 2016, seis municípios não atendiam ao requisito mínimo de transparência (domínio de um *site* institucional), impossibilitando o cumprimento das demais exigências. Outro fato observado em 2016 foi a baixa adesão dos municípios às legislações vigentes, resultando em média de 6,33 em todos os municípios.

No ano de 2017, os municípios apresentaram um melhor desempenho comparado a 2016, obtendo média 9,18, maior média nos três anos analisados. Já no ano de 2018, dos 25 municípios que obtiveram nota máxima em 2017, apenas Aracoiaba permaneceu entre os melhores índices, embora com nota um pouco menor que a anterior.

Dentre as práticas verificadas individualmente nos três anos da análise, observa-se que os municípios vêm atendendo de forma gradativa aos requisitos de transparência. Em 2018, todos os municípios atenderam 100% das práticas relacionadas aos sites e *links* de acesso aos portais de transparência, 100% disponibilizaram instrumentos de transparência da gestão fiscal, assim como a disponibilização de informações sobre despesas e receitas, deixando a desejar apenas no acesso às demais informações pontuadas.

Desse modo, conclui-se que os municípios cearenses se encontram em aperfeiçoamento na prática da transparência pública, tendo em vista a evolução do ITM ao longo do tempo pela maioria dos municípios.

Como contribuição, esse estudo possibilita aos gestores públicos um direcionamento dos itens mais frágeis da transparência, podendo ajuda-los a desenvolver novos métodos que facilitem a propagação das informações públicas, assim como, desenvolver novos canais de comunicação. Para o setor acadêmico, o trabalho complementa estudos anteriores e oferece uma nova visão sobre a transparência dos municípios cearenses.

Como limitação do estudo, ressalta-se a restrição do período analisado. Além disso, os resultados se restringem a uma análise descritiva, o que limitou as discussões. Para pesquisas futuras, sugere-se uma análise do ITM em um maior período de tempo, bem como recomenda-se a inserção de variáveis que possam estar relacionadas à transparência, a fim de identificar fatores associados ou determinantes do grau de transparência municipal.

## REFERÊNCIAS

ABDALA, P. R. Z.; TORRES, C. M. S. O. A Transparência como Espetáculo: uma análise dos portais de transparência de estados brasileiros. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 8, n. 3, p. 147-158, 2016.

AZEVEDO, R. R.; CABELLO, O. G. Controle e Transparência sobre os Gastos Tributários em Municípios Brasileiros. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 15, n. 2, p. 83-99, 2020.

BALDISSERA, J. F.; DALL'ASTA, D.; CASAGRANDE, L. F.; OLIVEIRA, A. M. B. Influência dos Aspectos Socioeconômicos, Financeiro-orçamentários e Político-eleitorais na Transparência dos Governos Locais. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 2, p. 340-359, 2020.

BARALDI, F. H.; BORGERT, A.; FABRE, V. V. ANÁLISE DOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA DE PEQUENOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ. **Práticas de Administração Pública**, v. 3, n. 1, p. 63-84, 2019.

BARTOLUZZIO, A. I. S. S.; ANJOS, L. C. M. D. Análise de Conglomerados do Nível de Transparência Pública e Indicadores Socioeconômicos dos Municípios Pernambucanos. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia da FUNDACE**, v. 11, n. 2, p. 48-65, 2020.

BIANCHI, M.; MACHADO, S. R.; MACHADO, V. N.. Grau de Transparência Pública nas Empresas Estatais do Sul do Brasil. **Desenvolvimento em Questão**, v. 18, n. 51, p. 129-146, 2020.

BRAGA, L. V.; GOMES, R. C. Participação eletrônica, efetividade governamental e accountability. **Revista do Serviço Público**, v. 69, n. 1, p. 111-144, 2018.

CARDOSO, L. L.; PFITSCHER, E. D.; DA ROSA, F. S.; CARDOSO, T. L.; DA COSTA, C. B. Transparência Pública: Análise Em Portais de Transparência do Poder Executivo Municipal do Brasil. **Revista Meta: Avaliação**, v. 10, n. 29, p. 443-472, 2018.

COELHO, T. R.; SILVA, T. A. B.; CUNHA, M. A.; TEIXEIRA, M. A. C. Transparência Governamental nos Estados e Grandes Municípios Brasileiros: Uma 'Dança dos Sete Véus' Incompleta?. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 23, n. 75, pág. 235-260, 2018.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO - CGU. Controladoria-Geral da União. Portal da transparência. Brasília, [2020]. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br>>. Acesso em: 28 out. 2020.

MOURA, G. D.; GOLLO, V.; DA CUNHA, P. R.. Práticas de governança eletrônica em municípios da região sul do Brasil: uma análise sob a ótica da teoria da legitimidade. **Gestão Pública: Práticas e Desafios**, v. 4, n. 1, 2013.

OLIVEIRA, A. B.; FLÔRES, F. D.; PINTO, N. G. M. Transparência e accountability: uma análise das Universidades Federais do Rio Grande do Sul à luz dos princípios de governança da administração pública federal. **REUNIR Revista De Administração Contabilidade E Sustentabilidade**, v. 10, n. 2, p. 12-22, 2020.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

MABILLARD, V.; ZUMOFEN, R. A relação complexa entre transparência e responsabilidade: uma síntese e contribuição para as estruturas existentes. **Políticas Públicas e Administração**, v. 32, n. 2, pág. 110-129, 2017.

MACEDO, S. V.; VALADARES, J. L.; RIBEIRO FILHO, W. F.; SILVA JUNIOR, A. C. Transparência Local: Implicações da Lei de Acesso à Informação em Municípios Mineiros. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 15, n. 2, p. 100-117, 2020.

MONTEIRO LEONNEL, A. C.; TONELLI; D. F., LEME; P. H. M. V., AMÂNCIO; J. M. Limites e Possibilidades da Interação Sociopolítica entre Sociedade e Câmara dos Deputados pelo Portal Eletrônico e-Democracia. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 10, n. 3, 2018.

PINHO, J. A. G.; SAMPAIO, R. C.; WINKLER, I.; MORAIS, K. Democracia digital na área de administração: um levantamento da construção do campo no Brasil. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 24, n. 78, 2019.

PORUMBESCU, G. A. Using transparency to enhance responsiveness and trust in local government: can it work?. **State and Local Government Review**, v. 47, n. 3, p. 205-213, 2015.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C.. **Metodologia do Trabalho Científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RODRIGUES, K. F. Desvelando o conceito de transparência: seus limites, suas variedades e a criação de uma tipologia. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 18, n. 2, p. 237-253, 2020.

VIEIRA, K. M.; PEGORARO, D.; VISENTINI, M. S. Percepção de Transparência nas Instituições de Ensino. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 14, n. 1, 2020.

ZHAO, F.; SHEN, K. N.; COLLIER, A. Effects of national culture on e-government diffusion—A global study of 55 countries. **Information & Management**, v. 51, n. 8, p. 1005-1016, 2014.

ZUCCOLOTTO, R.; TEIXEIRA, M. A. C.; RICCIO, E. L. Transparência: reposicionando o debate. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 12, n. 25, p. 137-158, 2015.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Accountability 7, 53, 61, 113, 114, 115, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 153, 154, 160, 162

Acessibilidade 8, 56, 165, 222, 223, 224, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 235, 236

Acesso 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 44, 45, 46, 47, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 60, 61, 79, 97, 98, 103, 112, 113, 118, 121, 122, 123, 134, 142, 143, 144, 145, 160, 171, 183, 187, 190, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 207, 219, 220, 221, 228, 229, 233, 235, 236, 237, 239, 241, 243, 245, 250, 251, 252, 254, 255, 259, 261, 266, 267, 268, 269, 270, 272, 276, 303, 304, 307, 308, 311, 312, 313, 318, 350, 351

Acesso à Informação 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 44, 45, 46, 54, 55, 61, 121, 134, 266, 304

### C

Combinação 244, 246, 247, 248, 252, 253, 275, 296

Compras Públicas 7, 164, 165, 166, 167, 170, 172, 173, 177, 178, 179, 183

Contabilidade Pública 43, 49, 113, 115, 118, 119, 123, 160, 161

Controle Externo 3, 97, 116, 125, 130, 133, 137, 147, 148, 149, 150, 158, 161, 162, 181

Controle Social 6, 5, 7, 27, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 51, 52, 54, 91, 96, 115, 116, 118, 141, 149

Convênios 56, 81, 82, 84, 86, 87, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98

### D

Dependência 7, 7, 71, 99, 100, 102, 103, 104, 106, 108, 111, 112, 273, 286, 287, 291, 295, 296

Diabetes 8, 206, 207, 208, 209, 210

Direito Fundamental 5, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 35

Docentes 5, 9, 242, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 256, 257, 260, 280, 301

### E

Educação a Distância 241, 249, 261, 263, 270, 271, 272, 274

Educação de adultos 262, 264, 274

Ensino não presencial 260

Epidemiologia 212, 217, 220

Escolaridade 7, 146, 147, 148, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 160, 287, 341

Estado do Pará 7, 146, 147, 148, 149, 150, 153, 154

Estratégia 2, 5, 38, 164, 185, 187, 190, 196, 213, 219, 220, 224, 269, 319, 342, 351

Execução Orçamentária 6, 38, 39, 41, 42, 44, 45, 48, 52, 55, 66, 99, 104, 115, 118, 127, 143

Externalização 244, 246, 247, 248, 253

## **F**

FPM 85, 86, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 112

## **G**

Gastos com Pessoal 6, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78

Gestão IES 262

Governança da Internet 9, 262, 265, 266, 278, 280

## **I**

Inclusão Social 53, 96, 222, 223, 224, 231, 232, 233, 236, 315

Infância 206, 210

Informação 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 44, 45, 46, 47, 48, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 61, 91, 121, 134, 147, 167, 168, 174, 178, 184, 196, 214, 217, 219, 236, 259, 261, 263, 266, 267, 268, 269, 272, 278, 279, 288, 304, 305, 310

Internalização 244, 246, 247, 248, 253, 321

## **L**

Lei de Acesso à Informação 6, 1, 3, 4, 6, 7, 9, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 26, 31, 35, 36, 37, 38, 46, 54, 55, 61, 134

## **M**

Microrregião 6, 63, 64, 67, 72, 78

Ministério Público 1, 3, 4, 5, 6, 10, 14, 18, 19, 21, 43, 44, 53, 129, 143

Municípios 6, 7, 7, 26, 31, 36, 38, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 84, 85, 86, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 118, 123, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 158, 159, 160, 161, 162, 201, 213, 217

Municípios Cearenses 6, 7, 50, 51, 54, 56, 58, 60, 99, 100, 104, 107

## **O**

Óbitos 206

Objetivos 4, 10, 11, 23, 29, 30, 43, 44, 52, 64, 66, 67, 69, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 91, 94, 95,

96, 101, 104, 117, 120, 131, 136, 150, 165, 166, 167, 174, 180, 181, 185, 186, 187, 188, 189, 194, 195, 199, 201, 204, 238, 242, 246, 253, 258, 274, 275, 288, 295, 302, 305, 318, 342, 345

Organizações 5, 43, 84, 87, 113, 114, 117, 118, 119, 121, 122, 134, 142, 165, 166, 167, 168, 170, 177, 186, 187, 189, 195, 254, 263, 265, 268, 269, 270, 276, 304, 325, 327, 330, 341, 342, 350

## **P**

Pandemia 9, 195, 244, 245, 246, 248, 249, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 259, 260, 261, 263, 264, 267, 269, 271, 277, 280, 281

Pareceres Prévios 7, 125, 128, 131, 132, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142

Parques 8, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 230, 231, 235, 236

Perfil de saúde 212

Planejamento 7, 39, 40, 63, 65, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 127, 142, 150, 167, 171, 172, 173, 174, 177, 178, 179, 181, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 201, 222, 236, 252, 253, 262, 263, 264, 266, 276, 289, 302, 319

Planejamento Estratégico 7, 177, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 262, 263, 264, 266, 276

Políticas Públicas 8, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 52, 61, 84, 121, 122, 126, 150, 153, 159, 204, 219, 265, 303, 307, 308, 311, 312, 313, 314, 341

Praças 8, 222, 223, 224, 225, 227, 230, 231, 232, 235, 236

Prestação de Contas 39, 44, 45, 53, 55, 64, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 132, 133, 137, 138, 139, 141, 142, 147, 148, 149, 153, 154, 171

## **R**

Redes Sociais 7, 164, 166, 168, 170, 178, 182, 183, 184, 234

## **S**

Setor Público 13, 51, 63, 64, 95, 101, 115, 116, 117, 119, 122, 144, 166, 303

Socialização 244, 246, 247, 248, 249, 253, 259, 341

## **T**

Transferências Voluntárias 6, 81, 85, 86, 88, 93, 97, 98

Transparência Pública 6, 1, 5, 9, 50, 51, 52, 53, 60, 61, 121

Tribunais de Contas 1, 3, 4, 7, 8, 20, 44, 53, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 139, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 161

Tribunais de Justiça 1, 3, 4, 8, 15, 18, 19

Tribunal de Contas 7, 3, 7, 14, 15, 44, 50, 54, 55, 56, 67, 78, 85, 86, 91, 97, 116, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148,

149, 150, 161, 162, 170, 172, 175, 177, 181, 183

Turismo 108, 111, 222, 228, 230, 235, 236, 237

## **U**

Universidades Estaduais 6, 81, 82, 91

## **V**

Varginha-MG 6, 63, 64

# ADMINISTRAÇÃO:

CIÊNCIA E TECNOLOGIA, ESTRATÉGIA,  
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ESTUDOS  
ORGANIZACIONAIS

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

# ADMINISTRAÇÃO:

CIÊNCIA E TECNOLOGIA, ESTRATÉGIA,  
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ESTUDOS  
ORGANIZACIONAIS

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

@atenaeditora 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 